



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **4000133-71.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Monitória - Contratos Bancários**
 Requerente: **Itaú Unibanco S/A**
 Requerido: **TIAGO FERNANDO DE OLIVEIRA SINALIZAÇÕES - ME e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

ITAÚ UNIBANCO S/A, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Monitória em face de TIAGO FERNANDO DE OLIVEIRA SINALIZAÇÕES - ME, TIAGO FERNANDO DE OLIVEIRA, também qualificada, alegando ser credor da ré da importância de R\$ 59.401,92, representada pelo contrato *Abertura de Crédito em Conta Corrente* nº 2300177, junto à agência 0047, que foi migrada para a Conta Corrente nº 08735-1, junto à agência 8047, proveniente do Contrato nº 11173/804700087351, firmado em 10/06/2010, sendo esse o valor atualizado até o ajuizamento da ação, requerendo a expedição de mandado de pagamento.

Expedido o mandado, a ele a ré opôs embargos alegando que o banco embargado teria imposto a pactuação de juros com taxa anual superior a 12,0%, o que fere o disposto no art. 192, § 3º, da CF/88, limitação essa confirmada pela Lei de Usura (*Decreto nº 22.626/1933*), reclamando a seguir da capitalização desses juros, em ofensa ao art. 4º da mesma Lei de Usura (*Decreto nº 22.626/1933*) e à Súmula nº 121 do Supremo Tribunal Federal, passando daí a ponderar que a comissão de permanência não se constituiria em juros remuneratórios ou compensatórios, mas sim em instrumento de atualização monetária do saldo devedor, sendo portanto ilegal sua cobrança de naquilo que exceda a correção indicada pelo INPC, de modo a concluir pela nulidade do pedido monitório, cuja extinção reclama.

O banco embargado respondeu sustentando que a limitação dos juros não seria aplicável ao sistema financeiro e que sua capitalização estaria autorizada pela Medida Provisória nº 2.170-36/2001, aduzindo que embora prevista, a comissão de permanência não estaria sendo cobrada nesta ação e não haveria cumulação alguma, concluindo assim pela improcedência dos embargos.

É o relatório.

Decido.

Cumpre preliminarmente analisado o pedido de gratuidade formulado pelo réu/embargante, para **indeferi-lo**, atento a que se cuide de empresário em nome individual que gere atividade lucrativa e que, ademais, contratou advogado às suas próprias expensas, de modo a fazer presumir condição suficiente para custear o processo.

No mérito, temos que a questão da limitação dos juros teve já solução, atento a que “A Súmula Vinculante nº 07, em dezembro de 2008, decidiu definitivamente a questão, não sendo mais cabível, portanto, qualquer discussão sobre eventual limitação legal para os juros a serem cobrados pelo banco”, e não obstante referida Súmula tenha sido editada em data posterior



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

à data do contrato em análise, “tem inteira aplicação, ante o fato de que não possui a mesma natureza que a “Lei”, sendo inaplicável à Súmula, o princípio da irretroatividade” (cf. Ap. nº 9083073-38.2005.8.26.0000 - 24ª Câmara de Direito Privado TJSP - 05/05/2011 ¹).

A propósito, é o seguinte, o teor da referida Súmula: “a norma do §3º do artigo 192 da constituição, revogada pela emenda constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar”.

Logo, não há se falar em limitação dos juros a 12% ao ano, matéria rejeitada há décadas em nosso meio forense e que revela o indisfarçável caráter protelatório dos embargos.

Quanto à capitalização dos juros, a cláusula 6. do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente nº 2300177 expressamente prevê a prática, de modo que consoante a jurisprudência que se pacificou a respeito do tema, não há vício ou ilícito algum.

Veja-se, a propósito: “Cabível a capitalização dos juros em periodicidade mensal para os contratos celebrados a partir de 31 de março de 2000, data da primitiva publicação da MP 2.170-36/2001, desde que pactuada” (cf. AgrReg no AI nº 0117900-1 – 3ª Turma STJ – 16.02.2012 ²).

Também: “A capitalização mensal de juros somente é permitida em contratos bancários celebrados posteriormente à edição da MP 1.963-17/2000, de 31/3/2000, e desde que expressamente pactuada. 5. Agravo regimental a que se nega provimento” (cf. AgReg no REsp. nº 975.493 – 4ª Turma STJ – 16.02.2012 ³).

No que diz respeito à comissão de permanência, de fato, a conferência dos extratos de movimentação da conta, acostados às fls. 15/58, e também da memória de cálculo de fls. 59, demonstra não tenha havido tal cobrança, de modo que prejudicada resta a análise da questão.

São, portanto, improcedentes os embargos, ficando, por conseguinte, constituído o título executivo pelo valor de R\$ 59.401,92, sobre o qual deverão incidir correção monetária pelo índice do INPC, a contar do ajuizamento da ação, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação.

A ré/embargante sucumbe e deverá arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizado.

Isto posto JULGO IMPROCEDENTES os embargos opostos por TIAGO FERNANDO DE OLIVEIRA SINALIZAÇÕES - ME, TIAGO FERNANDO DE OLIVEIRA contra ITAÚ UNIBANCO S/A, e dou por constituído o título executivo judicial pelo valor de R\$ 59.401,92 (cinquenta e nove mil quatrocentos e um reais e noventa e dois centavos), o qual deverá ser acrescido correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data do ajuizamento da ação, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e CONDENO o réu/embargante ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizado.

Um a vez transitada em julgado, intime-se o devedor, na pessoa de seu procurador, a pagar o valor da condenação, conforme conta apresentada pelo credor, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de que seja acrescida multa de dez por cento (10%) do valor da dívida.

P. R. I.

São Carlos, 26 de fevereiro de 2015.

VILSON PALARO JÚNIOR

¹ www.esaj.tjsp.jus.br

² www.stj.jus.br/SCON

³ www.stj.jus.br/SCON



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Juiz de direito.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA